

DESENVOLVIMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL: (RE)DEFININDO CONCEITOS E ESTIGMAS

Juliana Verri Boratti¹ e Jefferson Marçal da Rocha²

RESUMO: Com base nas teorias clássicas da economia (multiplicador econômico), criadas entre as décadas de 1960 e 1970, estudiosos do fenômeno econômico do turismo (business) procuraram comprovar que o turismo era um gerador exponencial de riqueza e renda. Nesse contexto pregavam ser a atividade turística capaz de levar países de terceiro mundo ao hall dos de primeiro. No entanto, após mais de 20 anos, com a adoção de um conceito equivocado de desenvolvimento para o setor, o mito turístico começa a ser questionado. Muitos dos prognósticos não se evidenciaram, pelo contrário, em muitas regiões a atividade turística gerou efeitos nefastos, especialmente aos mais pobres. Neste artigo, sob a luz das discussões sobre as teorias de desenvolvimento, tenta-se comprovar, teoricamente, que não há como o turismo proporcionar desenvolvimento sem critérios específicos para cada região. Assim o desenvolvimento, que se considera aqui, refere-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas, passando pelo desenvolvimento social (saúde, educação, cultura) e econômico. Desenvolver significa acima de tudo proporcionar liberdades. Por isso não há como atingi-lo, se não houver comprometimento com a plenitude da liberdade aos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Estigmas. Turismo sustentável.

DEVELOPMENT AND SUSTAINABLE TOURISM: (RE)DEFINING CONCEPTS AND STIGMAS

ABSTRACT: Through the classical theories of the economy (multiplying economy), created during 1960 - 1970, some scholars tried to prove that the tourism business was an exponential generator of wealth and income. In this context, they pointed out that the tourism activity was able to take countries of the third world to the hall of the first. However, after more than 20 years, with the adoption of a mistaken concept of development for the sector, the tourist myth, starts to be questioned. Many of the foreseeings did not happen, on contrary, in many regions the tourist activity generated ominous effects, especially to the poor. In this article under the light of the discussions on the development theories, wedge a concept of social responsibility in order to prove, theoretically, that it is not possible to tourism provide development without social responsibility.

¹ Mestre em Turismo pela UCS – Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Administração Hoteleira pela Universidade SENAC – São Paulo; Bacharel em Turismo pela PUC-RS.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa e colaborador do PPGTUR da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Thus, the development, that is considered here, it deals with the improvement of the quality of life of the people, passing through the social development (health, education, culture) and economic. Development means to provide freedom. Therefore, it is not possible to reach it without the commitment with the fullness of the freedom to the human beings.

KEY WORDS: Development. Stigma. Sustainable Tourism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta em primeiro lugar os principais paradigmas econômicos que cercam a atividade turística. A partir dessa conceituação procuram-se desconstruir os mitos que se criaram para a atividade nas últimas décadas. Pela análise da teoria do multiplicador e da diferenciação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento, pretende-se demonstrar que o turismo não é uma panacéia. A atividade, apesar de possuir grande potencial de expandir riquezas, por si só não é capaz de promover o desenvolvimento real e sustentado.

A literatura produzida, nas décadas de 1960 e 1970, por autores clássicos do turismo como Arrillaga, Fúster, Wahab, McIntosh e Sessa, depositava no turismo a esperança de distribuir a renda mundial proporcionando o desenvolvimento nos países onde não tinha ocorrido o processo de industrialização. Desde então a atividade vem enfrentando o desafio de cumprir com expectativas ilusórias nela depositada.

A atividade turística, que era vista como messiânica para inúmeras localidades, foi incapaz, na maioria dos casos, de cumprir com as apostas a ela proferidas. O turismo enquanto fenômeno social, sozinho, dificilmente conseguirá ocasionar mudanças tão drásticas em estruturas já deformadas e em decadência. Enquanto fenômeno, que compartilha fronteiras com diversas ciências e atividades humanas, o turismo depende que todos os fios da teia, na qual este se entrelaça, estejam aptos a auxiliar no processo de desenvolvimento local (BARETTO, 2005).

Os outros fios dizem respeito ao modelo social, às políticas públicas, à infra-estrutura de serviços para a comunidade e principalmente aos valores, princípios e disposição dos governantes em promover a qualidade de vida para o território que administram. Certamente, ao continuar se encarando o turismo somente como fenômeno econômico, não se efetivaram os reflexos positivos tão aguardados nas comunidades na qual o fenômeno turístico surge.

Acredita-se que o turismo, dadas as suas relações dialéticas com os demais fenômenos sociais, tem um grande potencial de auxiliar as comunidades nas quais a cultura, os recursos naturais, a história, os eventos etc. separados ou em conjunto, além de se tornarem atrativos potenciais para os viajantes, proporcionem melhorias na vida das pessoas que vivem nas comunidades receptoras.

2 O EFEITO MULTIPLICADOR DO TURISMO

A teoria do multiplicador, conforme salienta Sessa (1983) está intrinsecamente ligada à teoria do mecanismo econômico de expansão de riquezas, que emergiram especialmente dos trabalhos de Kahn e Keynes (1936), economistas que desenvolveram a idéia de que o crescimento econômico resulta de um investimento, o qual cria emprego e renda futura. Mais especificamente, Kahn se deteve aos estudos a respeito do multiplicador do emprego, enquanto Keynes dedicou-se aos do multiplicador de investimentos. No entanto, suas teorias são abstratas, pois seus pressupostos partiram de fatores econômicos da sociedade urbano-industrial, na qual os processos produtivos e sociais estão interligados, o que leva a crer na existência de um efeito múltiplo entre o desenvolvimento econômico e o social.

Na metade do século XIX a teoria do efeito multiplicador passa a ser vista como estratégia econômica dos países ocidentais. Nesse período observou-se por dados históricos que as variações no nível de uma atividade industrial poderia criar um efeito múltiplo em toda economia. Tal efeito ocorreria no momento em que as variações de dada "indústria" fossem capazes de ocasionar alterações no nível de atividade de outras atividades.

Conforme Lemos (2005, p.71) elucida, "o efeito multiplicador se refere ao impacto inicial dos gastos funcionando como um catalisador de demanda e de emprego". Na literatura o efeito multiplicador geralmente encontra-se dividido em três partes: efeitos diretos, indiretos e induzidos.

O efeito direto são as entradas de dinheiro mediante investimentos diretos e o consumo, o que produz um efeito imediato dentro do setor. Já o efeito indireto diz respeito aos reflexos do efeito direto sobre vários outros setores da sociedade, o que significa que as empresas, uma vez estimuladas a comprar mais, passam a aumentar as encomendas a seus fornecedores, os quais, por sua vez, adquirem fatores de outros setores econômicos e assim desencadeia-se um ciclo vertiginoso por toda a economia. Esse ciclo, em tese, gera aumento das vendas, do número de empresas, de emprego e de contribuição fiscal. O efeito induzido desde ciclo vem na seqüência do encadeamento multiplicador, trata-se da renda gerada no momento em que os fatores produtivos dinamizam e aumentam o consumo, a poupança, a capacidade de importação, os investimentos e a tecnologia.

Seguindo a lógica teórica do efeito multiplicador, quanto maior o consumo mais elevado será o multiplicador que, conseqüentemente, conduzirá à maior propensão de acréscimo da renda nacional e ao desenvolvimento econômico.

Este processo, no qual um evento inicial gera outros eventos sem novo impulso, de acordo com autores como Lundberg (1995) e Sessa (1983), se repete

diversas vezes dentro da economia local até se degenerar no tempo. No entanto, é preciso enfatizar que, de acordo com Lage e Milone (1992), “a magnitude deste [efeito multiplicador] dependerá em parte da intensidade das relações inter-setoriais que, no geral, são determinadas pelo tamanho e pelo grau de desenvolvimento de cada economia” (LAGE; MILONE, 1992, p. 88).

Rabahy (1990) atenta para o fato de que foi da necessidade de se avaliar a totalidade dos efeitos das diversas atividades econômicas em uma localidade, região ou país que as técnicas e usos dos multiplicadores desenvolvem-se e ganham destaque. As técnicas e usos dos multiplicadores na economia viabilizam, segundo Rabahy, avaliações dos efeitos, diretos e indiretos, gerados por cada uma das diversas atividades socioeconômicas desenvolvidas em um dado local. São as avaliações do efeito multiplicador que proporcionam uma visão mais realista dos indicadores básicos para a tomada de decisão na esfera política.

Sendo o turismo um fenômeno econômico, muitos estudos voltaram suas atenções para o mecanismo do efeito multiplicador da atividade turística. A teoria do efeito multiplicador foi bastante aplicada entre as décadas de sessenta e setenta, como um dos grandes paradigmas da economia do turismo, conforme evidencia-se nas obras de autores como Lemos (2000, 2005), Barretto (2003), Sessa (1974, 1983), Lundberg (1995), Fúster (1971), Wahab (1991), Rabahy (1990) e Lage e Milone (1991), para citar alguns. Porém, passada essa fase, há quase um consenso entre os especialistas no estudo da atividade turística de que os efeitos do multiplicador econômico precisam ser aprimorados.

As despesas dos turistas por certo apresentam um efeito multiplicador na economia do país receptor ou então numa região dentro deste país. No entanto, a afirmação dos economistas de que certa quantia de dinheiro recebida que circula por toda a economia, no final, torna-se maior que o valor original nem sempre é real. Apesar de aparentemente seguindo a teoria do multiplicador, essa premissa ser verdade, é preciso que se tenha noção de que todo este mecanismo, bem como seus resultados, depende do estado de cada economia em particular. Conforme alerta Wahab (1991), há um falso mito de que mais riqueza gerada leva a mais desenvolvimento.

O mecanismo do multiplicador do turismo, assim como o mecanismo geral do multiplicador, baseia-se na lógica de uma longa série de transferência do dinheiro. No caso da atividade turística, Sessa (1983) explica que o dinheiro pago por um turista, após longa série de transferências em dado período de tempo, passa por todos os setores da economia nacional, estimulando o crescimento econômico. O mecanismo do multiplicador turístico inicia-se, desta maneira, com os gastos efetuados pelos visitantes, os quais geram salários e renda para diversos setores envolvidos.

No turismo, o efeito multiplicador, também conhecido como *linkage*, é produzido, portanto, pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados direta e os ligados indiretamente ao fenômeno turístico. A unidade monetária recebida passa por diversas transações cujo número depende do círculo consumo-renda de cada país ou região. Os beneficiários diretos do efeito multiplicador são os locais de alojamento, alimentação, *souvenirs* e profissionais do turismo; os indiretos são, por exemplo, correios, bancos, clínicas, profissionais liberais etc.

Lickorish e Jenkisns (1997, p. 6) definem que “o multiplicador do turismo se refere ao grau de mudanças no produto, na receita, no emprego e nos impostos governamentais a partir das primeiras mudanças do gasto turístico.” Para Lage e Milone (1992), são cinco os multiplicadores específicos do turismo: multiplicador de transação e venda (aumenta o gasto do turista e com ele a receita dos negócios); multiplicador de produção, multiplicador de renda, multiplicador de emprego e multiplicador de receita governamental, também obtido por meio da cobrança de impostos e taxas dos turistas. Dentre eles, o mais exaltado e desejado é o aumento da renda do lugar visitado via entrada de divisas. Estes “[...] multiplicadores específicos do turismo permitem quantificar as variações dos níveis da renda, do emprego, do produto e da entrada ou saída de divisas, em decorrência das variações verificadas nos níveis iniciais de gastos com o turismo” (LAGE; MILONE, 1992, p. 90).

As críticas ao multiplicador começam a surgir devido à dificuldade em se calcular o seu efeito real, mais exatamente devido à insuficiência de uma fórmula que compreenda os elementos como: tempo e velocidade de circulação do dinheiro injetado pelo turismo e a propensão ao consumo (FÚSTER, 1971; LUNDBERG, 1995; ACERENZA, 1991).

Teoricamente o efeito multiplicador, que na atividade industrial é facilmente compreendida, na atividade turística tem sua avaliação prática extremamente complexa, como Wahab (1991) e Lundberg (1995) alertam. Um dos motivos para a “penosidade” do emprego prático do multiplicador turístico é assinalado por Rabahy (1990, 2003): há uma dificuldade em se isolar a incidência da causa turística de outras causas econômicas. Somente o fato de haver dificuldades em obterem-se dados relativos ao ingresso e pagamentos vindos da atividade turística já se caracteriza em grande empecilho para sua medição.

O multiplicador não pode ser tido, no entanto, como uma farsa, uma vez que, o valor inicial injetado na economia, via despesa de turistas, provoca diversas outras transações econômicas. E, conforme enfatiza Wahab (1991, p. 119), “[...] cada uma delas [transformações] gera novas rendas a novos beneficiários, constituindo-se assim um círculo de ações ou uma onda de choques que geram uma série de efeitos econômicos secundários, terciários e

talvez quartenários que se somam à renda nacional.” Ou seja, é inegável que a entrada de divisas, produzidas pelo setor turístico, produz uma elevação da renda nacional.

Para Lage e Milone (1992), o efeito multiplicador não trata apenas de gerar os efeitos positivos de uma atividade econômica. Segundo os autores, uma atividade econômica pode ter multiplicadores de incremento assim como de perdas. Isso fica evidente quando eles conceituam o efeito multiplicador, como “[...] o fenômeno através do qual algum acréscimo ou decréscimo inicial dos gastos totais irá ocasionar uma elevação ou uma diminuição mais do que proporcional do nível de equilíbrio da renda nacional” (LAGE; MILONE 1992, p. 89).

Nessa mesma concepção, Wahab (1991) complementa:

É concebível que uma economia não usufrua dos efeitos benéficos do multiplicador de turismo, sobretudo se for um país em desenvolvimento onde uma porcentagem grande das despesas efetuadas por turistas é reexportada (a fim de garantir a satisfação dos turistas estrangeiros através da aquisição de bens e serviços importados), representando reduções consideráveis. (WAHAB, 1991, p.118).

O efeito multiplicador certamente, como Wahab (1991) e Lundberg (1995) salientam, é muito menor em países pequenos ou em desenvolvimento. Não se pode, portanto, criar um mesmo padrão de análise e conclusões deste fenômeno para todos os lugares, pois nos países em desenvolvimento, porcentagem elevada de entrada de divisas é destinada para importação de bens e serviços, a fim de satisfazer as necessidades dos turistas. Fúster (1971) também salienta essa perda quando escreve que cada dólar advindo do turismo, se reexportado, imediatamente, cessa o processo do multiplicador. Segundo Fúster (1971), essas perdas ocorrem em zonas subdesenvolvidas nas quais é necessário adquirir praticamente todos os bens indispensáveis para satisfação dos visitantes. Para ele estas zonas conseguiriam aumentar o coeficiente de seus multiplicadores turísticos se adquirissem os bens necessários no mesmo país.

O turismo é uma atividade envolta em complexidade, uma vez que possui interdependência e fronteiras compartilhadas, interfaces, com todos os demais setores econômicos e com a estrutura social, histórica e cultural. Por esse motivo, a análise do setor, baseada somente em seu efeito multiplicador econômico, tal e qual concebido até o momento não garante compreensão exata do fenômeno, assim como não é capaz de evidenciar a contribuição real da atividade para o desenvolvimento de uma comunidade.

3 DESENVOLVIMENTO: DEFININDO UM CONCEITO

Apesar de as discussões não serem recentes, e sim exploradas há muito tempo por estudiosos de vários ramos do saber, “[...] a idéia de desenvolvimento não é tão óbvia ou isenta de disputa e controvérsia quanto se poderia imaginar” (Souza, 1997, p.18). Tendo como ponto de partida essa afirmação de Marcelo José Souza e também o paradigma difundido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), especialmente dos estudiosos do fenômeno a partir dos anos 1970, que acreditavam que o turismo traria desenvolvimento, entende-se ser necessário discorrer a respeito do conceito. Mais do que isso, considera-se necessário proceder a uma delimitação do conceito a ser empregada neste trabalho.

Analisando a literatura disponível, pode-se dizer que o termo desenvolvimento foi bastante desgastado nos últimos anos. Esse desgaste e, por vezes, a banalização do conceito se deram justamente pelo fato de empregá-lo de maneira ambígua. Destarte, é importante que se estabeleça aqui uma diferenciação crucial: desenvolvimento não significa crescimento. Conforme explica Rodrigues (1997, p. 10), “[...] não basta um grande aumento do PIB, alardeado em letras garrafais pela mídia impressa. A economia não é tudo sem eficácia social [...]”.

Um dos economistas mais influentes sobre o tema no século XX, Schumpeter (1988), acreditava que o desenvolvimento econômico não se tratava de um fenômeno a ser explicado economicamente. Segundo ele, a economia, “[...] em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica” (SCHUMPETER, 1988, p. 47).

O desenvolvimento, que, segundo Schumpeter, é a principal determinante da expansão econômica, não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, uma vez que este trata apenas do binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica.

Não cabe mais reduzir a noção de desenvolvimento àquela embrionária de crescimento difundida desde os anos 1950. Como coloca Morin (2002, p. 102), “a noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais [...] que pretendem fixar seu sentido e suas normas”. Barkin (1988 apud MOLINA; RODRIGUEZ, 1999), compartilha desta mesma crença. Para o autor, desenvolvimento constitui-se de um processo de enriquecimento e de mudança estrutural da sociedade.

A teoria econômica, por muito tempo, defendeu que, se os mercados de um país crescessem, chegar-se-ia ao desenvolvimento econômico. Por exemplo, no Brasil dos anos de 1930, havia uma forte crença de que a industrialização traria desenvolvimento e por este motivo a industrialização foi o carro chefe de todos os programas governamentais até o final dos anos 1970. Se por um lado essa estratégia conseguiu construir a décima primeira economia mundial, em contrapartida, negligenciou-se em setores como a saúde, educação, a distribuição de renda e a estrutura social, o que originou um país subdesenvolvido, conforme salienta Lemos (2005).

Existe uma diferença muito grande entre crescimento e desenvolvimento, uma vez que os conceitos do primeiro não contemplam os aspectos sociais, importantes para o segundo. O crescimento é o aumento da capacidade produtiva da economia, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou região. É percebido pelo índice de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB). O desenvolvimento, por sua vez, caracteriza-se pelo aumento do Produto Nacional Bruto acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Molina e Rodriguez (1999) esclarecem que, frente às relações de dominação-dependência das sociedades, os termos desenvolvimento e crescimento, deixaram de ser sinônimos, sendo ainda impossível e inaceitável ter o primeiro como conseqüência do segundo. Com o que concorda Souza ao escrever que “[...] o desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, automática ou forçosamente, haja melhoria do quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais” (SOUZA, 1997, p. 18).

Molina e Rodriguez (1999), buscando determinar uma diferenciação mais clara, afirmam que “o crescimento econômico se mede em termos reais e objetivos, [...] , se expressa em termos quantitativos, [...] [o mesmo] se justifica porque um incremento na quantidade e valor do produzido supõe um aumento proporcional no ingresso [...] ” (MOLINA; RODRIGUEZ, 1999, p. 19). O desenvolvimento, segundo os autores, por sua vez, se ocupa tanto dos aspectos produtivos como dos sociais (a mobilidade econômica e a qualidade de vida). Os autores ainda afirmam que enquanto o crescimento consolida a dependência dos países pobres para com os ricos, o desenvolvimento a diminui.

Sen (2000), em conformidade com os autores anteriormente citados, considera visão estreita de desenvolvimento a que se baseia no crescimento do PNB, que, de acordo com conceituação de Lage e Milone (1992), é a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços produzidos em um país ao longo de determinado período, refletidos muitas vezes somente pela sua industrialização.

Lemos pronuncia-se a respeito dessa diferenciação destacando que “o crescimento de uma economia é dado por movimentos de expansão dos

componentes de sua demanda agregada, que nada mais é que o conjunto de todos os bens e serviços demandados em uma economia” (LEMOS, 2005, p.143). No entanto, o autor salienta que o desenvolvimento assume a necessidade de diversos outros avanços, pois “o crescimento econômico traz melhorias sociais como consequência, mas não necessariamente” (LEMOS, 2005, p.147). Em outras palavras, para haver desenvolvimento, é necessário o crescimento econômico. No entanto, o crescimento não conduz, necessariamente, ao desenvolvimento. Embora o aumento de divisas crie excedente que possibilitaria o desenvolvimento, esta lógica nem sempre ocorre. Existem outros fatores que devem ser levados em conta quando se fala em desenvolvimento.

Alguns destes “outros fatores” são tidos como indicadores de desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU utiliza como indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: o índice de mortalidade infantil, a esperança de vida média, o grau de dependência econômica externa, o nível de industrialização, o potencial científico e tecnológico, o grau de alfabetização e instrução e condições sanitárias.

Importante salientar, no entanto, que não se pode falar em desenvolvimento sem considerar a maneira como se distribuem os ingressos nacionais (MOLINA; RODRIGUEZ, 1999), elemento este que não conta como indicador da ONU. A qualidade de vida é determinada em função de aspectos objetivos e subjetivos. Isso significa que qualidade de vida passa pela questão de posse de bens móveis e imóveis, emprego, salubridade, qualidade do ambiente urbano e natural. Assim sendo, é preciso considerar os muitos obstáculos ao desenvolvimento, entre os quais figuram: o endividamento, o desperdício de recursos do estado, as dificuldades de se integrar toda a população na economia nacional, os isolamentos sociais, culturais e econômicos, o desperdício de recursos, o endividamentos das empresas com a União, entre outros.

Desenvolvimento supõe a conquista da felicidade individual e coletiva, e não admite exclusão social e degradação ambiental. “Ao pensar o desenvolvimento, deve-se ter em mente a dimensão social, pressupondo que uma comunidade tenha autonomia para gerir os seus destinos”(RODRIGUES, 1997, p.10).

Sen (2000), por sua vez, considera a expansão das liberdades reais das pessoas como o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento. Segundo o autor, crescimento é importante para expandir a possibilidade de liberdades desfrutadas sim! Contudo, não se podem confundir as liberdades humanas com a visão restrita que identifica desenvolvimento com crescimento do PNB, aumento de renda pessoal, industrialização, avanço tecnológico, e assim por diante. O desenvolvimento, sob a ótica do economista indiano Amartya Sen,

requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a distribuição sistemática das riquezas geradas, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Nesse sentido, desenvolvimento supõe a manifestação das autonomias individuais e ao mesmo tempo, o crescimento das participações comunitárias. "Mais liberdade e mais comunidade" (MORIN, 2002, p. 104). Assim a questão da autonomia é ponto central, tanto na concepção de Morin como na de Sen, para que se tenham indícios de desenvolvimento. Para esses autores, o desenvolvimento pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos.

Desenvolvimento compreende o processo de superação de problemas sociais (fome, miséria, desemprego, carência de serviços públicos e saúde) e conquista de condições culturais, técnico-tecnológicas, político-institucional, educacionais etc. Sen (2000, p. 53) afirma que "o processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação dessa pessoa". Nesse sentido, Souza (1997) declara que o desenvolvimento exige as considerações simultâneas das diversas dimensões sociais.

Sen (2000) considera como liberdades instrumentais: liberdade política, facilidade econômica, oportunidades sociais, garantias, transparências e segurança protetora. "Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral da pessoa viver mais livremente, mas também têm efeito de complementar umas às outras" (SEN, 2000, p. 55). Para o autor, essas liberdades, ao interagirem entre si, melhoram a qualidade de vida da população e desencadeiam um processo de desenvolvimento autônomo. Pois, para ele:

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. [...] a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais que o crescimento econômico pode possibilitar. (SEN, 2000, p. 57).

Não se quer dizer com isto, no entanto, que o país deve ficar esperando o crescimento econômico acontecer para depois fomentar o desenvolvimento. Na opinião de Sen (2000), o desenvolvimento pode ser favorecido pela criação de oportunidades sociais, como educação pública, serviços sociais e uma imprensa livre e ativa. Exemplo que avaliza essa afirmação do autor é o do Japão. O país teve o seu desenvolvimento econômico claramente favorecido devido ao

desenvolvimento prévio dos recursos humanos relacionado com as oportunidades sociais que foram geradas.

O impacto do crescimento econômico no processo de desenvolvimento depende muito do modo como seus frutos são aproveitados. Visando a exemplificar essa afirmação, pode-se citar os casos da Coreia do Sul e Taiwan, que foram capazes de elevar a expectativa de vida tão rapidamente por meio do crescimento econômico. O Brasil, por sua vez, mesmo apresentando crescimento do PNB, tem longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com os serviços públicos de modo geral.

Países como Brasil, Índia e Paquistão apresentam processo de criação de oportunidades sociais bastante lento. Esse cenário torna-se uma barreira para o desenvolvimento econômico. A expansão de oportunidades sociais serve para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. Sem oportunidades sociais, a população, mesmo com índices de crescimento satisfatórios, tem tolhido seu direito ao desenvolvimento.

A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. Como o fizeram China, Coreia do Sul e Taiwan. Quando adotou a orientação para o mercado em 1989, a China já contava com um povo altamente alfabetizado. O país dispunha de boas instalações escolares em grande parte do país.

Os exemplos citados comprovam que não é preciso esperar que o país enriqueça para depois proporcionar à população melhor ensino e serviços de saúde. Muito pelo contrário, China, Coreia do Sul e Taiwan são exemplos de países nos quais uma população instruída desempenha um papel fundamental no aproveitamento das oportunidades econômicas oferecidas. Em contraste com a Índia, que possuía uma população adulta semi-analfabeta quando adotou a orientação para o mercado em 1991, e a situação atual não é muito melhor. O fato é que a educação e os serviços de saúde também são produtivos para o aumento do crescimento econômico. É justamente nesse ponto que se consegue corroborar com o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, sem ter de esperar "ficar rico" primeiro.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco e que as pessoas sejam vistas como ativamente envolvidas. Afinal, trata-se da construção do próprio destino destas, não podendo estas apenas posar de beneficiárias passivas dos frutos do desenvolvimento. Amartya Sen acredita, mesmo partindo confessadamente da teoria liberal de Adam Smith, que "o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas" (SEN, 2000, p. 71).

É preciso, no entanto, ser realista, e compreender “[...] que no mundo real os recursos disponíveis para o desenvolvimento são normalmente muito escassos para permitir uma implementação simultânea de todas as nossas recomendações”(OLIVEIRA, 1972, p. 144). Mas, mesmo consciente das limitações impostas, acredita-se na importância de se firmar a idéia expressa por Morin. Esse crê que “o desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica. O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano”(MORIN, 2002, p. 102).

4. TURISMO E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

Com o estudo da literatura clássica do turismo, evidencia-se que na década de 1970 os estudiosos do setor, principalmente os ligados às ciências econômicas, estavam comprometidos em demonstrar os efeitos benéficos do turismo nas comunidades receptoras. Compartilhavam da “missão” de difundir o ideal do turismo enquanto multiplicador de riquezas. No entanto, esses teóricos não levaram em consideração ou não visualizaram fatores essenciais para o funcionamento adequado dos arcabouços teóricos, que na prática não se confirmaram. Quando da elaboração das teorias não se percebeu que a lógica capitalista imperativa, e por vezes mutante, deixaria grandes contingentes de indivíduos à margem da economia e, conseqüentemente, do consumo turístico.

Criou-se para o turismo uma imagem messiânica, como fonte inigualável de riquezas e benefícios a todos, capaz de contribuir para que todos os países se elevassem a patamares de desenvolvidos – paradigma este que mais tarde se mostraria como inconsistente pela própria lógica econômica da atividade e ou também por se utilizarem de conceitos equivocados de desenvolvimento.

A literatura pós década de 1980, representada aqui nas obras de Sergio Molina, Rabahy e Margarita Barretto, nos anos 1990, apresenta-se mais realista e cautelosa a respeito da figura de *messias* criada para o turismo. Acerenza (1991) é outro autor que reconhece que o turismo é uma atividade importante, uma vez que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Porém, o mesmo acrescenta: “desde que a mesma tenha conseguido satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e atingido boas condições de saúde, moradia e educação” (ACERENZA, 1991, p.34).

O receio de se considerar só os benefícios da atividade turística se deve ao aumento internacional da atividade que cresceu exponencialmente nos últimos anos. Em 1990, como descreve Lickorish (1994), o turismo havia ganhado reconhecimento como atividade econômica importante para o desenvolvimento local, regional e mundial. No entanto, como o próprio autor coloca, este reconhecimento nunca ficou livre de críticas. Isto devido ao fato de

que as ganâncias econômicas, em curto prazo, poderem facilmente submergir em problemas sociais e ambientais a médio e longo prazo.

Na concepção de Lickorish (1994), contudo, para os países em desenvolvimento, o turismo desempenha fundamental importância. Segundo ele, são os ingressos gerados pela atividade que permitem a esses países comprar bens e serviços no mercado internacional, que são, no entender do autor, necessários para facilitar o desenvolvimento econômico.

Os principais impactos econômicos do turismo se relacionam com os ingressos de divisas, contribuição nos impostos governamentais, geração de empregos e contribuição ao desenvolvimento das regiões mais pobres. Teoricamente, analisando a lógica da atividade turística, a idéia é extremamente plausível, no entanto, a prática demonstrou ser bem mais complexa. Apesar de o turismo internacional constituir um dos mais significativos fluxos de comércio mundial, é muito difícil fazer estimativas precisas do valor econômico deste, bem como dos seus reflexos sociais.

Lickorish, apesar de ver no turismo um catalisador do desenvolvimento a longo prazo, entende que esta é uma atividade que só poderá proporcionar benefícios concretos para um país ou região no momento em que levar em consideração as vantagens e desvantagens, baseando-se, para isso, em realidades específicas.

Na América Latina a premissa do desenvolvimento via turismo internacional mostrou-se como grande inverdade. Primeiro, conforme Molina e Rodriguez (1987) demonstram, pelo fato de o fluxo de turistas para o Terceiro Mundo ser muito pequeno se comparado ao movimento mundial. O maior volume de chegadas internacionais é na Europa. Além disso, a grande maioria de turistas que visita os países em desenvolvimento é de regiões vizinhas, e pertencentes ao mesmo estágio de desenvolvimento. Este é o caso por exemplo, do Brasil, no qual 57% dos turistas provêm da América Latina, mais especificamente da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Acreditava-se, até meados da década de 1980, que turismo internacional fosse um grande distribuidor de renda mundial, e que, assim sendo, traria aos países pobres importante fluxo de turistas e divisas provenientes dos países ricos. No entanto, essa distribuição de riquezas não ocorreu, pois o turismo internacional não é capaz de distribuir a renda de forma equilibrada. Isso porque a maior parte dos fluxos de viagens dos países desenvolvidos se destina ao próprio mercado interno, dada a lógica do mundo moderno, no qual as horas de lazer são cada vez menores, e há tendência de se visitar países limítrofes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Segundo Barreto (2005), até a década de 1980, procurava-se transformar o turismo num setor de exportação, com o intuito de atrair divisas. Para alcançar

tal objetivo, os países terceiro-mundistas limitaram-se a oferecer o tipo de divertimento que os países do Primeiro Mundo procuravam. Molina e Rodriguez vão denunciar também essa situação considerando que, ao adotarem a política de facilitar a recreação dos habitantes de Primeiro Mundo, assim como das camadas mais privilegiadas do âmbito nacional, os países em desenvolvimento apenas conseguiram reforçar o modelo de dependência econômica e cultural – modelo este que impera desde a época da colonização desses.

Outro fator que demonstra as inverdades a respeito dos discursos que exaltam o turismo internacional como agente do desenvolvimento é o fato de os benefícios sociais do turismo não terem sido muito observados nos países do Terceiro Mundo. Justificativa para esse fato é dada pela própria OMT, que avalia que a falta de participação da América Latina nos grandes mercados internacionais do turismo ocorre devido à carência de desenvolvimento da região. Ou seja, conforme salienta Schlüter (1992), a falta de infra-estrutura, de equipamentos, de pessoal capacitado, a instabilidade política e as dificuldades econômicas não permitem investimentos elevados.

Rabahy (1990) ressalta também que a concentração das atividades turísticas em alguns poucos países está associada às boas condições socioeconômicas que estes países atingiram. Fato é que os turistas, principalmente advindos de países desenvolvidos, não se sentem motivados e seguros em países que estampam índices altíssimos de miséria e violência, como o Brasil. Transferir benefícios de uma região mais rica para uma mais pobre, contribuindo assim para o melhor equilíbrio entre regiões, melhorando as condições de vida da população mostrou-se ser falsa utopia associada ao turismo, pois os turistas de economias dominantes dificilmente gastam seu dinheiro em viagens a países desprovidos de infra-estruturas física e social satisfatórias.

A questão do desenvolvimento está em outro patamar, é um processo bem mais amplo, e só tornar-se-á possível de ser alcançado mediante ações de outras esferas, como a política, por exemplo. “[...] O governo é uma instituição vital na introdução de uma mudança sociocultural e técnica vantajosa [...] investimento em capital social não será, geralmente, assumido por investidores particulares” (OLIVEIRA, 1972, p. 144).

Rabahy (1990) ressalta que a dificuldade em se isolar a incidência da causa turística de outras provoca, algumas vezes, atitudes precipitadas que geram ações sem eficácia ou com efeito oposto ao desejado. Mesmo havendo dificuldades, dada a “natureza díspar” do turismo, “a análise científica é o meio mais eficaz para se poder conseguir prognósticos confiáveis” (RABAHY, 1990, p. 109). Segundo o autor, a avaliação dos efeitos de uma atividade não pode ser feita de forma simplista, mas de modo integrado, envolvendo inclusive os benefícios e malefícios indiretos em outros setores, principalmente no campo social. Pois, conforme o autor lembra, “A economia é um sistema integrado, que

não permite que se isolem apenas os efeitos positivos das medidas adotadas” (RABAHY 1990, p. 72).

O mais correto seria entender o turismo como uma estratégia para o desenvolvimento, e não como o grande responsável por ele. Lickorish,(1994) determina que o turismo não é nem uma panacéia nem uma praga para o desenvolvimento. Assim se caracterizando, esse deve ser cuidadosamente avaliado como opção para ajudar no processo de desenvolvimento.

Rabahy (1990, p. 64) afirma que “[...] o verdadeiro saldo da Conta Turismo não se obtém apenas incluindo novos elementos em seu lado passivo.” Segundo o autor, o turismo traz outros benefícios, os de cunho social, nem sempre tangíveis. Elementos esses que, no mundo dos negócios possuem, na atualidade, valor extremamente superior aos bens tangíveis. Não é mais a infraestrutura física que determina a riqueza, e sim o conhecimento, os valores, a cultura, o homem em si. Acerenza concorda com Rabahy ao escrever que

O turismo hoje em dia tem alcançado conotações, significados e conseqüências de grande complexidade, que transcendem elementos quantitativos e incrementalistas. O turismo na atualidade é resultado de processos sociais e culturais não completamente quantificáveis. (ACERENZA, 1991, p. 11).

Não se pode invalidar o lado econômico e financeiro do turismo, pelo contrário, ele é imprescindível, mas é importante saber que desenvolvimento não é alcançado unicamente a partir de análises financeiras. Além das questões econômicas, é preciso levar em conta as questões sociais, os aspectos políticos, culturais e ambientais. O turismo, enquanto vestido da carapuça de “[...] subproduto das sociedades desenvolvidas e ricas” (LICKORISH, 1994, p. 87), não se refletirá positivamente nas comunidades pobres. Há ainda longo e difícil caminho a percorrer para que o turismo realize os benefícios sociais para os quais tem potencial, e auxilie no processo de desenvolvimento de países pobres.

5. TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO: REDEFININDO CONCEITOS E ESTIGMAS

Pensamentos equivocados e planejamentos irresponsáveis associados à ambição do crescimento conduzem a formas distorcidas e nefastas de turismo, como o sexual, ou o depredador do meio ambiente, que conduzem as comunidades ao desenvolvimento desfocado e injusto, no qual só se beneficiam os agentes ligados diretamente aos meios de hospedagem, de lazer e de alimentação e serviços. Assim sendo, torna-se importante que o conceito de turismo sustentável seja construído baseado em fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais de cada lugar em específico. Por esse motivo, a construção e elucidação conceitual acima trilhadas serão imprescindíveis para

a compreensão deste novo paradigma – o paradigma de que o turismo não é capaz de auxiliar no processo de desenvolvimento, se o mesmo não estiver comprometido com todos os integrantes de sua imensa teia.

Apesar da grande quantidade de divisas que o turismo movimentava globalmente, verifica-se que os países subdesenvolvidos continuam a apresentar misérias alviantes e desigualdades injustificáveis. Por quê? Por que razões estes países em desenvolvimento nunca chegam ao patamar de desenvolvidos? Qual o motivo para as populações destes lugares não melhorarem substancialmente de vida? Estes questionamentos, além de intrigantes, e por vezes confusos, são também reveladores.

Diz-se que esses questionamentos são reveladores, pois desvelam o uso incorreto de conceitos assim como a evocação do turismo, por si só, como o trunfo para o desenvolvimento. O turismo pode ser excelente aliado no processo de desenvolvimento de um local, região ou país; é capaz de funcionar como catalisador de melhorias sociais, porém precisa ser pensado, planejado e executado de forma que seus reflexos sejam benéficos a toda a comunidade receptora, em especial aos mais pobres.

O primeiro ponto a ser compreendido é que o próprio desenvolvimento, por definição, provoca mudanças, sendo elas em maior ou menor grau. Mudanças estas que nem sempre se refletem de maneira positiva. Alguns autores, como Rodrigues (2000, p. 181), afirmam que, para haver manutenção ambiental, por exemplo, não deveria haver desenvolvimento. Com o que concorda Morin (2002, p. 85), ao escrever que “[...] a elevação dos níveis de vida pode estar ligada à degradação da qualidade de vida”.

O turismo é um fenômeno tanto social quanto econômico, que atenta para a lógica destes dois universos – âmbitos os quais parecem inimigos inconciliáveis. Afirma-se isso pelo fato de a lógica do capitalismo, voraz por lucros, usurpar do universo social o direito de existir igualdade.

A fim de conseguir desempenhar um papel positivo com relação ao desenvolvimento social, e conseguir gerar divisas para impulsionar o desenvolvimento econômico, garantindo com isso benefícios concretos à melhoria da qualidade de vida da sociedade local, a atividade turística necessita assumir uma postura comprometida. O setor turístico, privado e público, precisa adotar conduta transparente, honesta e democrática. E, acima de tudo, precisa preocupar-se em dar respostas de qualidade à população que recebe a demanda de turistas.

Nenhum setor econômico, por mais próspero e gerador de riquezas que seja, conseguirá fomentar o verdadeiro desenvolvimento, se não estiver imbuído dos sentimentos de respeito, de pertença, de comprometimento ao com o todo. O conceito de desenvolvimento está ligado à questão do incremento de divisas,

da geração de riquezas, apenas em um segundo plano. Em primeiro plano ele deverá estar conectado fortemente com a melhoria da qualidade de vida. Melhoria esta que, por sua vez, refere-se basicamente às condições sanitárias nas quais as pessoas vivem, o nível educacional destas, a qualidade dos serviços médicos etc. Dessas condições ramificam-se milhares de outros indícios que demonstram qual a qualidade de vida gozada por pessoas de determinada localidade, como é o caso da taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida, salário, renda familiar, qualificação profissional, entre vários outros.

Uma atividade econômica envolta em uma bolha corrupta, na qual não há transparência, honestidade, comprometimento, parceria, pelo contrário, na qual se proliferam as relações tendenciosas, gananciosas e cheias de interesses pessoais, não é capaz de proporcionar vida melhor, mais digna a ninguém. Sem a valorização da cidadania e dos direitos humanos não se consegue atingir o desenvolvimento verdadeiro.

Enquanto a atividade turística, que tem inegável poder em promover o desenvolvimento de economias periféricas, não se desvencilhar de problemas, por exemplo, como a especulação imobiliária, o aumento dos preços, a exclusão dos autóctones de seu lugar de direito, dos baixos salários pagos aos trabalhadores do setor, a carga horária excessiva dos mesmos etc; teremos o turismo como atividade meramente reprodutora da lógica industrial capitalista de capitalização de riquezas e proliferação de desigualdades.

A incompreensão das questões centrais que envolvem a economia do turismo, devido à carência de conceitos e ou equivocadas políticas, gerou desafios a serem vencidos o mais breve possível, sob o risco de passar o turismo de uma atividade promissora para uma prática promotora de concentrações e empobrecimentos, como a maioria das atividades econômicas do capitalismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a sua importância econômica mundial, o turismo tem sido alvo, desde os idos de 1960, de estudiosos que se concentraram em fatores econômicos, como a oferta, a demanda, a balança de pagamentos, o mercado de divisas, o emprego, os multiplicadores de receitas, indicadores referenciais dos efeitos causados pelo turismo. No entanto, o turismo integra outras esferas, além da econômica: a social, a ambiental, a política e a cultural. Essas esferas muitas vezes são negligenciadas em muitas regiões, pois seus governantes deslumbram-se com os números e prognósticos prodigiosos feitos em cima de conceitos econômicos mal compreendidos.

Se encarado apenas como fonte de aumento de riqueza, a atividade turística trará, certamente, mais danos do que benefícios. É importante compreender que o turismo somente conseguirá elevar o nível de vida de uma

população no momento em que esta já desfrutar de uma infra-estrutura básica qualificada. Não há como o turismo modificar anos de corrupção política e sistemas sociais, como os de educação e saúde, corroídos.

O pressuposto de que o turismo pode viabilizar o desenvolvimento, como o elucidado no decorrer deste trabalho, é verdadeiro desde que o mesmo tenha estrutura de apoio (política, social, ambiental e econômica) e seja implementado de forma responsável, de modo a garantir respostas positivas e saudáveis às comunidades nas quais surge. Considera-se como responsável a forma de desenvolvimento que respeita as peculiaridades de cada lugar e se compromete com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos que vivem em seu meio.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administración del turismo: conceptualización y organización**. 4. ed. México: Trillas, 1991.

ARRILLAGA, José Inácio. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FUSTER, Luis Fernández. **Teoría y técnica del turismo**. 2. ed. Madrid: Nacional, 1971.

LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1992.

LEMONS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

LEMOS, Leandro de. Os sete mitos do turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

LEMOS, Leandro de. O valor turístico: (re) definindo a economia do turismo. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

LICKORISH, Leonard. **Desarrollo de destinos turísticos**. México: Diana, 1994.

LUNDBERG, Donald E.; KRISHNAMOORTHY, Mink H. **Tourism economics**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1995.

MCINTOSH, Robert. **Tourism: principles, practices, philosophies**. 2. ed. Columbus, Ohio: GRID, 1976.

MOLINA, Sergio; RODRIGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. 2. ed. México: Trillas, 1999.

MORIN, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

OLIVEIRA, Denise Cabral. **Teoria do crescimento econômico e do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

RABAHY, WILSON Abrahão. **Planejamento e fundamentos econométricos**. São Paulo: Loyola, 1990.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri, SP: Manole, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **O turismo como desafio ao desenvolvimento local**. São Paulo. HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: UNIONTUR, 1983.

SESSA, Alberto. **Tourism as a factor of progress in the economy of developing countries**. Paris: UNESCO, 1974.

SCHUMPETER, Joseph A. 1988, **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo José. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **O turismo como desafio ao desenvolvimento local**. São Paulo. HUCITEC, 1997.

WAHAB, Salah-Eldin. **Introdução à administração do turismo**. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1991.